Of. 297/22-SC-AV
Ref.: Requerimento de abertura de investigação sobre o cumprimento dos protocolos de ação de policial adotados em episódio, para que sejam tomadas as providências administrativas e penais cabíveis.

São Paulo, 06 de Outubro de 2022.

Exmo. Senhor Doutor
Mario Luiz Sarrubbo
Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, recebeu no dia 05 do mês corrente, manifestação do advogado Dr. Alexandre José Marcondes, denunciando que, em 02 de outubro p.p., ao sair de sua casa para ir até a padaria foi abordado violentamente por policiais, sob alegação de suposta "atitude suspeit", conforme imagens que confirmam o relato e foram noticiadas pela imprensa.

Por isso, solicita providências desta Entidade, no sentido de acionar as autoridades competentes, diante de evidente abuso de autoridade e potencial conduta racista.

Em síntese, ato foi noticiado no jornal O Estado de São Paulo[1] cuja reportagem demonstra que caminhava na rua em direção à padaria, momento no qual foi abordado abruptamente por um policial militar, apontando uma arma de fogo para seu rosto.

[1] Disponível em: https://www.estadao.com.br/sao-paulo/advogado-negro-e-abordado-por-pm-com-arma-na-cabeca-na-zona-oeste-de-sp-e-aponta-racismo-veja-video/

Em seguida, em obediência ao comando de revista, o Advogado colocou suas mãos para cima, questionou o motivo da abordagem e perguntou se estaria relacionada com sua pele negra.

Após a revista minuciosa e análise de seus documentos, o policial militar teria afirmado que a vítima estava em atitude "suspeita" por ter sido notado um rapaz à sua frente e um casal de idosos atrás, além de estar utilizando máscara em ambiente aberto, conduta sabidamente comum e rotineira desde o início da pandemia.

A atitude do policial militar reforça a denúncia reiterada de que existe um tratamento discriminatório por parte das instituições de segurança pública quando se refere à população negra.

O vídeo mostra truculência frente a uma pessoa que caminhava igualmente às outras. A única diferença era a cor de sua pele, o que precisa ser considerado para se atentar à necessidade de se averiguar a atitude racista e injustificada que levou o policial militar a abordar o Advogado Alexandre Marcondes com tamanha agressividade e presunção, quando não havia qualquer indício de crime.

A vítima faz uma declaração contundente sobre o ocorrido:

> "Sei que moro em um bairro de classe média e experiências racistas são quase diárias, (…) mas me deparar com uma arma apontada para o meu rosto foi assustador (…), já que a abordagem foi a menos de 50 metros da porta da minha casa".

Não apenas o Dr. Alexandre se pergunta, mas toda a sociedade questiona se é lícito e legítimo o policial militar ameaçar um cidadão com uma arma sem que exista qualquer risco aparente à sua própria integridade física. E mais: diante do flagrante abuso, quais as medidas serão tomadas pelos órgãos de controle estatal?

Ante o exposto, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, por meio de sua Comissão de Igualdade Racial, vem requerer a abertura de investigação sobre o cumprimento dos protocolos de ação do policial adotados para que sejam tomadas as providências administrativas e penais cabíveis.

Na oportunidade, renovamos os votos de elevada estima e consideração.

Leonardo Sica
Vice-Presidente

Irapuã Santana
Presidente da Comissão de Igualdade Racial